

ATA N.º 2/2013

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Anselmo Antunes de Sousa e dos Senhores Vereadores, Paulo Jorge Santos Dias Esteves, António César Valente Figueiredo, António Manuel Saraiva Lopes e Paulo Jorge de Lemos Amaral. -----

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente e secretariada por Fernanda Maria Simões de Oliveira, Técnica Superior do mapa de pessoal do Município. -----

Às dez horas, o senhor Presidente da Câmara Municipal, que presidiu, deu início aos trabalhos.-----

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, em conformidade com artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

1.1 – O Senhor Presidente da Câmara mostrou-se indignado relativamente às notícias que dão conta da intenção do Governo encerrar os serviços do Tribunal Judicial e Finanças em Mêda. Os efeitos da concretização desta medida num concelho como Mêda seriam devastadores, extravasando o domínio judicial e o acesso dos Medenses à justiça em igualdade de circunstâncias. O desenvolvimento das sedes dos concelhos do interior e a sua afirmação foi fortemente determinada pela instalação e funcionamento de diversos serviços descentralizados do Estado, num princípio de proximidade e coesão territorial que, em nenhuma circunstância, mesmo a de crise extrema que atravessamos, poderá ser desprezado. O interior tem assistido nos últimos anos, a um fenómeno de desertificação e consequente empobrecimento da população, resultado de políticas pouco assertivas e de modelos desadequados. Os serviços descentralizados, como o Tribunal, a Repartição de Finanças, o Centro de Saúde, em locais como Mêda, cumprem mais do que a sua intrínseca função. São fatores de dinamização urbana e económica e âncoras territoriais. Somos, por isso, frontalmente contra este eventual encerramento, que constitui uma ameaça aos Medenses num dos pilares da democracia, ou seja, no acesso à justiça. É um absurdo e um tremendo erro, a intenção de encerrar o Tribunal Judicial de Mêda, não fazendo sentido a transferência destes serviços para Trancoso, que possui menos condições do que o tribunal de Mêda e dista cerca de 25 km, com o inconveniente da falta de transportes, para as populações se poderem deslocar. Perante tal cenário, o Senhor Presidente informou que foi pedida uma audiência à Senhora Ministra da Justiça e

solicitou a união de todos para em conjunto defenderem o interesse comum: o não encerramento. -----

O Senhor Presidente referiu ainda, que numa das reuniões da COMURBEIRAS foi proposto, que todos os concelhos que unissem, inclusive contactar pessoas influentes do concelho, e realizassem uma manifestação em Lisboa. -----

1.2 – O Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral usou a palavra, e solicita esclarecimentos sobre a posição do executivo em relação ao encerramento do Tribunal Judicial e Finanças, em virtude do executivo anterior, se ter resignado relativamente ao assunto. Mais referiu, que tendo tido acesso ao diploma do encerramento dos Tribunais, do qual não consta Mêda, concorda que sejam tomadas iniciativas, por forma, a que o Tribunal não seja encerrado. Mais solicitou, autorização de representar o Município junto do Secretário de Estado da Justiça, já que representam o mesmo partido PSD, manifestando o descontentamento comum dos medenses. -----

O Senhor Presidente referiu que há que unir forças e defendermos o interesse único e exclusivo do concelho e não nos deixarmos embarcar em interesse político-partidários. O executivo é totalmente contra a proposta do Ministério da Justiça, mantendo a sua posição de não abdicar da continuidade do Tribunal de Mêda.-----

1.3 – O Senhor Vereador António César Valente Figueiredo tomou a palavra, colocando em primeiro lugar e no sentido de esclarecer o povo Medense, a questão “*o Senhor Presidente convidou ou militantes do CDS ou os candidatos eleitos pelo CDS para fazerem parte do executivo?*” O senhor Presidente respondeu que não. -----

Relativamente à questão do encerramento do Tribunal Judicial e das Finanças o Senhor Vereador António César mencionou que a sua candidatura pelo CDS tinha como base defender a permanência dos serviços. Foi uma decisão política e não uma decisão técnica. Há que criar sinergias com todos os presidentes de Câmara criando um grupo de batalha defendendo o interesse comum do Concelho. -----

1.4 – O Senhor Vereador António Manuel Saraiva Lopes tomou a palavra, questionando o Senhor Presidente sobre o ponto da situação das empresas municipais, Nova Mêda, Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, E.E.M. e a ADL – Águas de Longroiva, Exploração Gestão de Águas Termais, E.M.M. -----

O Senhor Vice-Presidente Paulo Esteves respondeu que as empresas municipais estão em fase de liquidação. Nomeadamente a Nova Mêda, o processo de liquidação ainda não foi concluído em virtude do regulamento de taxas e outras receitas não ter sido aprovado pelos órgãos competentes. Contudo, o encerramento vai ser até ao final do ano. -----

1.5 – O Senhor Presidente informou que este ano não vai ser realizada a Feira de Caça, Floresta e Produtos Regionais. Apenas se comemora o Feriado Municipal, com Sessão Solene, tradicional magusto e animação musical. -----

O Senhor Vereador António César disse que foi infeliz a decisão de não realizarem a Feira embora tivesse consciência que o formato tivesse esgotado e havia a necessidade de a dinamizar e ampliar uma vez que continuamos a ter produtos regionais. A Feira não é despesista, ao contrário da EXPO MÊDA. Fico triste porque o tema era do nosso Concelho, valorizava os nossos produtos. -----

O Senhor Presidente referiu que o grupo de técnicos que organizavam a Feira concluiu, que dados os prazos, não era possível organizar a Feira com a amplitude desejada. “Fazer a Feira por fazer não é essa a nossa pretensão”. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS: -----

2.1 – ATA DA REUNIÃO DE 30 DE OUTUBRO -----

Presente à reunião, para aprovação, ata da reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 30 de outubro de 2013, cuja leitura foi dispensada em virtude da mesma ter sido distribuída, previamente, a todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO N.º 5 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a ata. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E SÓCIO CULTURAL -----

SETOR FINANCEIRO -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS -----

2.2 – PEDIDO DE FINANCIAMENTO FUTSAL – ÉPOCA 2013/2014 -----

Presente à reunião o Ofício datado de 14 de outubro de 2013 da Casa do Futebol Clube do Porto no qual solicita financiamento para a época acima indicada no valor de 12.500,00 euros (doze mil e quinhentos euros). -----

DELIBERAÇÃO N.º 6 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, retirar da ordem de trabalhos o assunto em epígrafe, para melhor análise em próxima reunião, para que a mesma seja acompanhada pelo Plano de Atividades e Relatório de Contas de 2012. -----

2.3 – LIBERTAÇÃO DE CATIVOS -----

Presente à reunião Informação nº 18/2013 dos serviços da Contabilidade, sobre restituição de cativos ao empreiteiro “Eduardo António Sousa Lopes” no valor de €21.017,03 (vinte e um mil dezassete euros e três cêntimos) referente à obra “Requalificação de Rotundas, Valorização Ambiental de Espaços Verdes e Acessos na Vila de Meda”. -----

DELIBERAÇÃO N.º 7 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com a abstenção do Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral, aprovar a informação em epígrafe. -----

2.4 – LIBERTAÇÃO DE CATIVOS -----

Presente à reunião Informação nº 19/2013 dos serviços da Contabilidade, sobre restituição de cativos ao empreiteiro “Brígida e Dinis – Sociedade de Construções, Lda” no valor de €1.211,70 (mil duzentos e onze euros e setenta cêntimos) referente à obra “Modelação do Terreno Envolvente ao Futuro Gimnodesportivo”.-----

Deliberado, por maioria dos presentes, com a abstenção do Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral, aprovar a informação em epígrafe. _____

DELIBERAÇÃO N.º 8 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com a abstenção do Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral, aprovar a informação em epígrafe. -----

2.5 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 9 -----

Presente à reunião 9ª alteração ao orçamento, no valor de €3.600,00 (três mil e seiscentos euros) para a devida ratificação. -----

DELIBERAÇÃO N.º 9 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com a abstenção do Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral, aprovar e ratificar a alteração do orçamento n.º 9. -----

2.6 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 10 -----

Presente à reunião 10ª alteração ao orçamento, no valor de €48.200,00 (quarenta e oito mil e duzentos euros) para a devida ratificação. -----

DELIBERAÇÃO N.º 10 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com a abstenção do Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral, aprovar e ratificar a alteração orçamental n.º 10. -----

TESOURARIA -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA -----

2.7 – Presente à reunião para conhecimento, o resumo diário de tesouraria, relativo ao dia 29 de outubro de 2013. -----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria n.º 206, de 29 de outubro de 2013, cujo valor em Operações Orçamentais é de €862.804,98 (oitocentos e sessenta mil, oitocentos e quatro euros e noventa e nove cêntimos), e em Operações não Orçamentais €309.803,49 (trezentos e nove mil, oitocentos e três euros e quarenta e nove cêntimos). -----

O Executivo tomou conhecimento. -----

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS -----

2.8 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS DE LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----

- Alfredo Augusto Correia Almeida ----- Coriscada
Processo Nº97/2013 ----- Deferido
- Anabela Fonseca Duarte ----- Meda
Processo Nº73/2013 ----- Admitida
- António Manuel Silva Rebelo ----- Vale do Porco
Processo Nº96/2013 ----- Deferido
- Diva da Conceição Moreira Mateus ----- Meda
Processo Nº79/2013 ----- Deferido
- Fernanda Rosa Amaral Sobral ----- Alcarva
Processo Nº81/2013 ----- Deferido
- Joel Filipe Martins Cardoso ----- Aveloso
Processo Nº95/2013 ----- Deferido
- José Manuel Lopes Carrega ----- Meda
Processo Nº94/2013 ----- Deferido
- Lisete de Fátima Morgado Ramos Rebelo ----- Meda
Processo Nº98/2013 ----- Deferido
- Maria da Conceição Saraiva Sequeira ----- Outeiro de Gatos
Processo Nº82/2013 ----- Deferido
- Vílson dos Santos Lourenço ----- Meda
Processo Nº66/2013 ----- Deferido

O Executivo tomou conhecimento. -----

2.9 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APRECIÇÃO A INFORMAÇÃO Nº 180/DSU DATADA DE 18/09/2013, SOBRE A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ARRUMOS / CANIL COM CERCA DE 100 M² SEM A RESPECTIVA LICENÇA ADMINISTRATIVA. -----

DELIBERAÇÃO N.º 11 – Foi deliberado, por unanimidade, retirar da ordem de trabalhos o assunto em epígrafe, em virtude do Senhor Vereador António Manuel Saraiva Lopes ter referido que o poder de embargar as obras é da competência do Senhor Presidente de Câmara. Nesse seguimento, o Senhor Presidente informou que apenas submeteu o assunto a apreciação da Câmara Municipal em virtude de existir um Despacho datado de 30 de setembro de 2013, do Presidente de Câmara cessante nesse sentido, sendo que o referido Despacho não foi revogado. O Senhor Presidente de Câmara informou que iria remeter o assunto ao Gabinete Jurídico. -----

2.10 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APRECIÇÃO A INFORMAÇÃO Nº 184/DSU DATADA DE 26/09/2013, SOBRE A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM COM CERCA DE 123 M² SEM A RESPECTIVA LICENÇA ADMINISTRATIVA. -----

DELIBERAÇÃO N.º 12 – Foi deliberado, por unanimidade, retirar da ordem de trabalhos o assunto em epígrafe, em virtude do Senhor Vereador António Manuel Saraiva Lopes ter referido que o poder de embargar as obras é da competência do Senhor Presidente de Câmara. Nesse seguimento, o Senhor Presidente informou que apenas submeteu o assunto a apreciação da Câmara Municipal em virtude de existir um Despacho datado de 30 de setembro de 2013, do Presidente de Câmara cessante nesse sentido, sendo que o referido Despacho não foi revogado. O Senhor Presidente de Câmara informou que iria remeter o assunto ao Gabinete Jurídico. -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

2.11 – ESTÁDIO MUNICIPAL – REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO – EMPREITADA DE TRABALHOS DE FINALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DE APOIO -----

Presente à reunião, para ratificação, informação nº 308/DOM, sobre a prorrogação de prazo, da obra em epígrafe.-----

DELIBERAÇÃO N.º 13 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com a abstenção do Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral, aprovar e ratificar a informação e conceder a prorrogação de prazo de 30 dias a título gracioso. -----

2.12 – REQUALIFICAÇÃO DE ROTUNDAS VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DE ESPAÇOS VERDES E ACESSOS NA VILA DE MÊDA (2005) -----

Presente à reunião, para aprovação, informação nº 298/DOM, sobre a libertação de garantia bancária e liquidação de cativos, da obra em epígrafe.-----

DELIBERAÇÃO N.º 14 – Foi deliberado, por unanimidade, dos presentes aprovar a informação e proceder à libertação da garantia bancária e liquidação de cativos. -----

2.13 – CONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTOS NO AVELOSO (2009) -----

Presente à reunião, para aprovação, informação nº 292/DOM, sobre a libertação da caução de 15% da garantia bancária prestada para a execução da obra em epígrafe, para cumprimento do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto.-----

DELIBERAÇÃO Nº 15 – Foi deliberado, por unanimidade, dos presentes aprovar a informação e proceder à libertação de mais 15% da garantia prestada. -----

2.14 – PEDIDO DE DESAFECTAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO DE MARIALVA -----

Presente à reunião, para aprovação, informação nº 275/DOM, sobre o assunto em epígrafe. -----

DELIBERAÇÃO Nº 16 – Foi deliberado, por unanimidade, retirar da ordem de trabalhos o assunto em epígrafe, para melhor análise em próxima reunião, por forma a que a Câmara Municipal esteja devidamente esclarecida e habilitada a deliberar. Assim foi sugerido solicitar informação escrita relativamente ao assunto à Junta de Freguesia de Marialva. ---

2.15 – PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS – PLANO DE ACÇÃO FLORESTAL – INFRAESTRUTURAS – CONSTRUÇÃO DO HELIPORTO DE MEDA -----

Presente à reunião, para aprovação, informação nº 311/DOM, sobre a libertação de garantia bancária e liquidação de cativos, da obra em epígrafe. -----

DELIBERAÇÃO Nº 17 – Deliberado, por unanimidade, dos presentes aprovar a informação e proceder à libertação da garantia bancária e liquidação de cativos. -----

2.16 – REGENERAÇÃO URBANA – EMPREITADA DE TRABALHOS COMPLEMENTARES NA ESCADARIA DE ACESSO À AVENIDA 25 DE ABRIL -----

Presente à reunião, para aprovação, Conta Final da obra em epígrafe acompanhada da informação nº 315/DOM. -----

DELIBERAÇÃO Nº 18 – Foi deliberado, por unanimidade, dos presentes aprovar a conta final da obra. -----

2.17 – CAMINHO AGRÍCOLA DA CARVALHEIRA – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE MUROS DE SUPORTE -----

Presente à reunião, para aprovação, Conta Final da obra em epígrafe acompanhada da informação nº 313/DOM.-----

DELIBERAÇÃO Nº 19 – Foi deliberado, por unanimidade, dos presentes aprovar a conta final da obra. -----

2.18 – REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DO VALE DO POMBO – EMPREITADA DE TRABALHOS COMPLEMENTARES -----

Presente à reunião, para aprovação, Conta Final da obra em epígrafe, acompanhada da informação nº 314/DOM. -----

DELIBERAÇÃO Nº 20 – Foi deliberado, por unanimidade, dos presentes aprovar a conta final da obra. -----

2.19 – MODELAÇÃO DO TERRENO ENVOLVENTE AO FUTURO GIMNODESPORTIVO -----

Presente à reunião, para aprovação, informação nº 312/DOM, sobre a libertação de garantia bancária e liquidação de cativos, da obra em epígrafe.-----

DELIBERAÇÃO Nº 21 – Foi deliberado, por unanimidade, dos presentes aprovar a informação e proceder à libertação da garantia bancária e liquidação de cativos.

2.20 – APROVAÇÃO EM MINUTA: -----

DELIBERAÇÃO Nº 22 – Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os pontos 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.11, 2.12, 2.13, 2.15, 2.16, 2.17, 2.18 e 2.19, em minuta, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

Nada mais havendo a tratar às doze horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada em conforme, vai ser assinada pelos membros do Executivo presentes na reunião e por mim, Fernanda Maria Simões de Oliveira, Técnica Superior do Mapa de Pessoal deste Município, que secretariei. -----
